

A HISTÓRICA DIFERENÇA ENTRE A EDUCAÇÃO OFERECIDA PARA A POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO ESTADO DE SÃO PAULO .

Carolina Moraes Gimenes

Maria Cristina dos Santos Bezerra

Resumo

No decorrer da história da educação, podemos perceber a existência de diferentes escolas, que receberam denominações diferentes de acordo com algumas características e com a localização. Assim, é importante não só conhecer as especificações e as características de cada tipo de escola nas diferentes décadas do século XX, como também observar as diferenças entre a educação oferecida aos moradores do campo em relação aos moradores da cidade. Dessa forma, esse artigo, fazendo uso de uma pesquisa bibliográfica, busca revelar essas características das escolas do século XX e suas diferenças.

Palavras chave: Educação. Educação rural. Escolas.

Abstract

Throughout the history of education, we can see the existence of different schools that received different names according to some characteristics and location. Thus, it is important to not only know the specifications and features of each type of school in different decades of the twentieth century, as well as observe the differences between the education offered to camp residents in relation to residents of the city. Thus, this article, using a literature search, seeks to reveal these characteristics of the schools of the twentieth century and their differences.

Keywords: Education. Education field. Schools.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente no Brasil a educação era oferecida para poucos e não havia diferenciação entre a educação para o campo e para a cidade, já que as poucas escolas existentes se localizavam nos centros urbanos e atendiam um baixo número de moradores. Até 1893, existiam apenas as escolas primárias que eram isoladas e unidocentes, que depois passaram a ser conhecidas como escolas isoladas. Foi a partir deste ano que, de acordo com Saviani (2007, p.172-173), começaram a existir os grupos escolares, sendo que, no ano de 1910 o número desses no estado de São Paulo era de 101. Os grupos escolares reuniam em seus prédios até dez escolas primárias. Foi então que, com o surgimento dos grupos escolares e com a obrigatoriedade do ensino, começaram a existir diferentes escolas no estado de São Paulo. Assim, no decorrer deste artigo apresentaremos os tipos de escolas mais importantes desse século e as suas características, evidenciando também o início da diferenciação da educação oferecida para a população da zona urbana e da zona rural. É preciso esclarecer ainda que esse artigo não tem a pretensão de esgotar os conhecimentos sobre essas escolas e sim trazer uma breve apresentação, mostrando sua existência.

2. AS DIFERENTES ESCOLAS DO SÉCULO XX

2.1 - Escolas isoladas

Segundo Souza (2009, p.66) o termo escola isolada apareceu pela primeira vez na legislação no decreto nº248, de 26 de julho de 1894, no Regimento Interno das Escolas Públicas, e era a nova designação para as escolas preliminares. A mesma juntamente com os grupos escolares “constituíram os modelos predominantes de escola primária no estado de São Paulo até os anos de 1970”.

De acordo com o Anuário de Ensino do Estado de São Paulo do ano de 1908 - 1909 esse tipo de escola era encontrada nos bairros mais distantes das cidades e em distritos de paz, e nesse momento apresentava inúmeros problemas, além da estrutura física precária e da falta de higiene, entre eles: a deficiência de preparo técnico dos professores recém – formados; o desamparo dessas escolas; a má instalação da escola; o deslocamento das escolas de onde deveriam funcionar para locais ainda mais distantes (SÃO PAULO, 1909, p.44 à p.47).

As escolas isoladas eram regidas por apenas uma professora que tinha de ensinar para alunos de idade e adiantamento diferentes, o que era muito trabalhoso e acabava deixando-as exaustas e prejudicando o ensino. A missão destas escolas deveria ser simples e

modesta, deveriam educar em pouco tempo as crianças, já que estas eram desde cedo aproveitadas pelos pais nos serviços. (SÃO PAULO, 1910, p.25 – 26).

Conforme Souza (2009, p.86) as escolas isoladas sofreram algumas mudanças entre os anos de 1910 e 1920, e passaram a ser diferenciadas em relação ao local de funcionamento, ao tempo do curso primário e também quanto a extensão dos programas. Assim em 1917 as escolas isoladas sofreram uma reclassificação e foram divididas em:

- urbanas: ofereciam cursos de quatro anos de duração;
- distritais: ofereciam cursos de três anos de duração;
- rurais: ofereciam cursos de dois anos de duração;

Já na reforma de 1920 as escolas isoladas começaram a oferecer cursos de apenas dois anos e passaram a ser classificadas em escolas isoladas urbanas e rurais.

Sud Mennucci quando discorrendo sobre as escolas isoladas em 1920 narrava que “se lhes diminuirmos as de sede de municípios e districtos de paz e as escolas e cursos nocturnos para a alfabetização de adultos, que sempre se localizaram nas cidades, não chegavam a mil” (MENNUCCI, 1930, p.61-62). A partir deste relato podemos observar que as escolas isoladas neste momento, 1920, não se localizavam somente no campo, estavam muitas vezes localizadas na cidade, tanto nos municípios quanto nos distritos de paz, e também muitas vezes tinham como função a alfabetização de adultos.

As escolas isoladas sempre foram escolas com estruturas mais precárias do que os grupos escolares já que atendiam menos alunos e estavam sempre localizadas em bairros menos populosos e na zona rural, na sua grande maioria, sofriam carência de espaço físico, material e até mesmo de profissionais.

Souza (2009,p.136), nos ilustra um pouco dessa realidade relatando que “durante boa parte do século XX, muitos professores de escolas isoladas continuaram custeando os alugueis de salas para garantir o funcionamento de suas escolas”. Outro acontecimento bastante corriqueiro era o professor lutar por melhorias nas escolas, acontecendo muitas vezes de ter que ir atrás de energia elétrica, água e até mesmo conseguia com as famílias dos alunos reformas para o prédio, o que acaba confirmando ainda mais o descaso do estado com essas escolas, que não eram prioridade.

Com o fim das escolas reunidas em 1932, algumas das que não se transformaram em grupos escolares acabaram por funcionar sozinhas sendo transformadas em escolas isoladas. Assim, no Código de Educação deste ano, só eram reconhecidos dois tipos de escolas, os grupos escolares e as escolas isoladas (SOUZA, 2009, p.147).

Necessárias nas zonas rurais as escolas isoladas eram “símbolo de carências e necessidades”, mas foram de enorme contribuição para a democratização do ensino, já que para muitas crianças essa escolhinha da roça era a única opção para que pudessem ter acesso a escrita (SOUZA, 2009, p.155).

Essas escolas tiveram seu fim determinado pelo decreto n. 29.499, de 5 de janeiro de 1989, que dispunha sobre a reestruturação e agrupamento das escolas da zona rural. De acordo com esse decreto, as Escolas Estaduais de Primeiro Grau Isoladas – EEPGR(I), existentes até o momento e localizadas na zona rural, seriam transformadas em EEPGR(E), Escola Estadual de Primeiro Grau Rural de Emergência a partir do dia 2 de janeiro de 1989 (SÃO PAULO, 1989).

2.2 - Grupos escolares

No Estado de São Paulo, os grupos escolares tiveram sua criação em 1893, e segundo Souza (2009, p.30) a criação se deu “a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade ficando obrigados a adotar o tipo de organização e método de ensino das escolas-modelo do estado”. Ainda segundo a autora:

A criação dos grupos escolares incorporou o pressuposto da reunião das escolas constituindo-se em um novo tipo de estabelecimento de ensino primário, cuja instalação e funcionamento dependiam de vários critérios: número de alunos no raio da obrigatoriedade escolar (variou entre 200 e 400 alunos), professores habilitados no curso normal e/ou complementar, funcionários administrativos – diretor e porteiro e edifício que abrigasse no mínimo quatro classes correspondentes a cada um dos anos do curso elementar. Consequentemente, um grupo escolar configurava-se como uma organização mais complexa (SOUZA, 2009, p.143).

No Anuário de ensino do Estado de São Paulo, encontramos a narrativa sobre a criação desses grupos escolares:

Foi na primitiva administração do Dr. Bernardino de Campos, sendo Secretario do Interior o Dr. Cezario Motta Junior, que teve promulgação a lei n.169 de 7 de agosto de 1883, dispondo sobre a criação de grupos escolares. O regimento interno das escolas publicas de 26 de Julho de 1894, que regulamentou a lei citada, dispõe sobre os referidos estabelecimentos o seguinte no seu artigo 81

< Nos logares em que, em virtude de densidade da população, houver mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade, o Conselho Superior porerá fazel-as funcionar em um só predio para esse fim construido ou adaptado. Taes escolas terão a denominação de Grupo Escolar, com a sua respectiva designação numérica em cada localidade>.

São os grupos escolares instituições de ensino preliminar destinadas a educar e instruir, consoante o regimen educativo moderno, posto em pratica na Escola-modelo, creanças de um e outro sexo.

O ensino é distribuído ordinariamente por quatro classes, correspondentes a cada um dos annos em que se divide o curso (SÃO PAULO, 1908, p.134).

Os grupos escolares eram tidos como o melhor tipo de escola primária, já que as classes eram homogêneas, tanto em relação a idade, tanto em relação ao preparo dos alunos, além disso, nessas escolas o professor só tinha de realizar o seu trabalho, devido a presença de outros funcionários na escola, como inspetores, diretores (SÃO PAULO, 1910, p.54).

Antes e no início da década de 1920 os grupos escolares só existiam nas grandes e mais importantes cidades. No ano de 1920 existiam 195 grupos escolares com mais de 3.000 classes (MENNUECCI, 1930, p.61). A partir de 1920 se deu o início da implantação de grupos escolares em alguns bairros populares e “uma grande quantidade de grupos surgiu no final dessa década pela dissolução das escolas reunidas” (SOUZA, 2009, p.142).

Segundo Souza (2009, p.121), os grupos escolares foram muito importantes na expansão do ensino primário no estado de São Paulo. No ano de 1929, “já haviam sido instaladas 297 grupos compreendendo 4.249 classes – 47 localizadas na capital e 250 nas cidades do interior – responsáveis pela matrícula de 191.320 alunos”. Ainda segundo a autora os grupos escolares exigiam investimentos altos, uma vez que, necessitavam de espaços adequados, móveis modernos, diversos materiais didáticos e professores habilitados em diversas áreas.

No ano de 1932, o número de grupos escolares aumentou, isso se deu devido a transformação de muitas escolas reunidas em grupos escolares. A classificação dos grupos escolares também foi alterada nesse momento, pois houve o surgimento de um novo tipo de grupo escolar, assim, os grupos escolares eram divididos em dois, sendo os grupos escolares de primeira ordem aqueles que possuíam oito ou mais classes e os grupos escolares de segunda ordem os que possuíam de quatro a sete classes. (SOUZA, 2009, p.146)

Assim, no ano de 1937, o número de grupos escolares do estado de São Paulo era de 654.

Nessas escolas a estrutura era completa, contavam com salas específicas por turma, direção, secretaria, servente e pátio. Essas escolas geralmente ofereciam do 1º ao 4º, e podiam ser mistas, ou masculinas (MARTINS, 2003, p.61).

2.3 - Escolas-reunidas

A criação das escolas-reunidas se deu primeiramente de maneira ilegal, já que a legislação nada apresentava sobre a criação, organização e existência deste tipo de escola, elas eram apenas a reunião de escolas em um mesmo prédio. Essas escolas acabaram sendo incorporadas ao sistema público pela existência de muitas crianças sem escola havendo assim

a necessidade da criação da escola pública em bairros e vilas cujo local era impossível implantar grupos escolares, já que os locais não atendiam as exigências para a criação destes. As escolas reunidas eram então aceitas pelo governo como um tipo provisório de escola que deveria desaparecer, no entanto, no decorrer dos anos de 1910 o número dessas escolas reunidas fixadas em pequenos núcleos urbanos, só fez aumentar, assim, em 1917 eram 15 escolas reunidas e em 1918 esse número aumentou para 31 escolas. Após esse aumento, esse tipo de escola, no início dos anos de 1920, acabou sendo incorporada na regulamentação legal da instrução pública e passaram a serem vistas como a escola que mais era favorável ao estado (SOUZA, 2009, p.144- 145), já que a sua criação exigia pouco investimento.

As escolas reunidas não eram nem como os grupos escolares nem como as escolas isoladas, elas eram menores que os grupos escolares e maiores que as escolas isoladas. Essas escolas eram criadas em locais com mais de 160 alunos e com menos de 400 alunos, num raio de dois quilômetros. Eram criadas em locais que não eram sede de município, seguiam o mesmo regulamento e o mesmo programa dos grupos escolares, mas nestes estabelecimentos os professores recebiam um salário menor em relação ao salário dos professores dos grupos escolares.

No entanto diferentemente dos grupos escolares a criação dessas escolas era econômica, já que necessitava de pouco pessoal administrativo, e a instalação física da mesma era barata, na maioria das vezes essas escolas apresentavam melhores condições de higiene, de instalação e de ensino se comparada as escolas isoladas.

As escolas-reunidas eram basicamente Grupos escolares reduzidos e segundo Mennucci (1930, p.61), “Estas só se localizavam nas sedes de município de menor relevancia e nas sedes de districto de paz¹ que apresentassem densos aglomerados urbanos”. Ainda segundo o autor em 1920 o número dessas escolas era 52, e tinha-se menos de 250 classes no total.

Souza (2009, p.122), discorrendo sobre este tipo de escola nos acrescenta que em 1920, após a reforma republicana, foi orientada a “multiplicação das escolas reunidas, priorizando a organização e distribuição do ensino primário nas vilas, distritos de paz e bairros populares dos núcleos urbanos”. Assim, em 1924 o número de escolas reunidas no

¹ Distrito de paz era o nome que recebia o distrito, povoado que ainda não era considerado um município, mas, que tinha um numero grande de pessoas agrupadas em núcleo urbano. Os distritos de Paz foram criados com a criação dos juizes de paz. Eles acabavam funcionando como um sub-Termo Judiciário da Comarca e o juiz era responsável por ele.

estado de São Paulo era de 357 escolas. Nesse período essas escolas ofereciam o ensino primário, 1ª e 2ª séries.

A partir de 1932, com o decreto nº 5.335 de 7 de janeiro de 1932, as escolas reunidas passaram a ser grupos escolares. Continuavam a ser escolas reunidas apenas as unidades que tinham três classes agrupadas. Dessa forma buscou-se a eliminação desse tipo de escola e em 1934 existiam 48 escolas reunidas, destas 42 foram transformadas em grupos escolares em 1935 e as outras 6 acabaram extintas, deixando as escolas que faziam parte das mesmas funcionando de maneira isolada (SOUZA, 2009, p.146-147).

Entretanto, a criação desse tipo de escola acabou sendo novamente utilizado para resolver o problema emergencial de falta de vagas no ensino público nos anos de 1950 e 1960. (SOUZA, 2009, p.148)

2.4 - Escolas Rurais

Nos anos de 1920 podemos observar a existência e conhecer um pouco sobre como eram as escolas rurais através das palavras de Menucci

(...) as chamadas escolas ruraes, que permaneciam realmente em funcionamento activo (porque a praxe era funcionarem poucos mezes por anno) se localizavam de preferencia nas estações das estradas de ferro e em nucleos de campo proximos ás cidades e, portanto, de fácil acesso com as viagens de ida e volta diárias do mestre-escola. Imagine-se, pois, a que se reduziria, na realidade, a insignificante minoria de escolas verdadeiramente ruraes, situadas em nucleos de zonas afastadas (MENNUCCI, 1930, p.62-63).

Aprendemos que as escolas rurais nesse período não atendiam toda a população rural, já que estavam localizadas mais próximas às cidades. Além disso, notamos que nessa época essas escolas funcionavam de forma diferente, pois funcionavam somente um período do ano.

De acordo com Martins (2003, p.59 -60) essas escolas eram mesmo diferentes no que diz respeito aos professores. Para que os mesmos pudessem lecionar nessas escolas deveriam ser formados na Escola Normal Rural², estudar a bibliografia do concurso ou fazer cursos especiais. A estrutura também era diferente, na parte da manhã eram ministradas as disciplinas tradicionais e no período da tarde, eram ensinadas técnicas de cultivo e outras

² A única Escola Norma Rural que dava formação específica para o ensino rural nesse momento era a de Piracicaba (MARTINS, 2003, p.59).

atividades rurais. Essas escolas estavam vinculadas com o pensamento do Ruralismo pedagógico, já que pretendiam entre outras coisas a fixação do homem no campo.

De acordo com a Lei N.2.158, de 7 de julho de 1953, para a criação deste tipo de escola deveriam ser atendidos alguns requisitos como:

- I – que o numero de unidades típicas rurais não permita a formação de grupo escolar rural;
- II – mínimo de 30 (trinta) crianças de 7 (sete) a 14 (catorze) anos, dentro de uma área de dois quilômetros de raio, ou possibilidade de serviço regular de transporte diário, gratuito ou por preço médico;
- III – sala de aula que apresente as seguintes condições mínimas:
 - a) Trinta e cinco metros quadrados de área;
 - b) construção de tijolos ou de madeira aparelhada;
 - c) cobertura de telhas, ou equivalente;
 - d) piso assoalhado ou ladrilhado;
 - e) iluminação satisfatória;
 - f) janelas envidraçadas ou teladas;
 - g) fossa higiênica;
- IV – terreno cultivável com provimento fácil de água anexo à escola, com área mínima de um hectare, para a pratica de atividades agrícolas;
- V – residência para o professor, de preferência anexa ao edifício da escola, ou em pensão condigna, gratuita ou por preço médico (SÃO PAULO, 1953).

Ainda segundo essa lei, no artigo 4º, as escolas isoladas podiam ser convertidas em escolas típicas rurais, mas para isso era necessário que elas atendessem as exigências acima apontadas e fossem providas por professores que já tivessem realizado o curso de especialização para o ensino típico rural. Percebemos assim que, diante da necessidade do cumprimento dessas normas e exigências, o número de escolas isoladas, que funcionavam em prédios e salas que não ofereciam as mínimas condições de higiene e ventilação, locais que não ofereciam segurança, que não contavam com energia e água, deveria diminuir.

2.5 - Escolas Rurais de Emergência ou Escolas de Emergência

As escolas de emergência eram instaladas onde houvesse número suficiente de alunos por um determinado período, ou ainda quando a escola já existente no local não atendia toda a demanda. Essas escolas deveriam funcionar por pouco tempo, no entanto, muitas passavam anos em funcionamento. A criação dessas escolas ficou estabelecida através da Lei nº 3.783 de fevereiro de 1957 e com o decreto nº 37.575, de novembro de 1960, as e só podiam ser criadas na zona rural. Assim elas se tornaram escolas tipicamente rurais (MARTINS, 2003, p.58 – 59).

Essas escolas funcionavam em prédios sem as mínimas condições de higiene, e sem materiais, já que na maioria das vezes elas funcionavam nos prédios das escolas isoladas. Souza (2009, p.351) acrescenta que a presença dessas escolas “sinalizava a orientação de uma política de atendimento às pressões da demanda sem resguardar critérios mínimos de qualidade”.

De acordo com o decreto n. 29.499 de 5 de janeiro de 1989, que dispunha sobre a reestruturação e agrupamento das escolas da zona rural, todas as escolas existentes de uma sala só deveriam ser transformadas em escolas de emergência. Essas escolas passariam a se denominar Escola Estadual de Primeiro Grau Rural de Emergência – EEPGR(E) (SÃO PAULO, 1989).

2.6 - Escolas Nucleadas ou Agrupadas:

Diante de um quadro de escolas rurais com péssimas condições físicas e materiais, alunos e professores com dificuldade de acesso até a escola, que se localizava longe da cidade e também longe da casa dos alunos, estradas em péssimas condições, o direito de todos à educação não estava sendo garantido, assim, era preciso que algo fosse feito. Vasconcellos (1993, p.67), discorrendo sobre esse cenário encontrado nas escolas rurais, nos aponta cinco problemas, “a precariedade de material, a terminalidade antecipada, o isolamento pedagógico, a multisseriação e a necessidade de dupla folha de pagamento de professores” esses fatores apresentados nos mostra a urgência de alguma atitude, assim, era preciso pensar em alternativas para melhorar o acesso à escola. As alternativas deveriam ser possíveis de serem realizadas tanto economicamente quanto politicamente.

Uma das maneiras de garantir esse acesso à escola foi o oferecimento do transporte escolar, por lei, a partir de 1988. Dessa forma as crianças eram transportadas até as escolas na zona urbana.

De acordo com Vasconcellos (1991, p.96), a outra maneira de resolver esse problema de acesso das crianças que moravam na zona rural, seria reorganizar a oferta de ensino na mesma. “Esta reorganização é chamada normalmente de “agrupamento” ou “nucleação” de escolas rurais, uma vez que o procedimento normal costuma ser a concentração da oferta de ensino em escolas centrais”. Ainda segundo o autor, a intenção ao criar os agrupamentos é

melhorar a qualidade do ensino que é oferecido à essas crianças, garantir condições de acesso através do transporte e permanência nessas escolas, evitando a evasão escolar.

O agrupamento consiste no fechamento de escolas isoladas, essas na maioria das vezes compostas por apenas uma sala multisseriada e um professor, e na transferência dos alunos dessas escolas para uma escola nova, maior e mais equipada. Essa escola que recebe esses alunos é a escola núcleo. Nessa nova escola existe uma sala para cada série, assim sendo, não há mais salas multisseriadas. Para que as crianças possam chegar até essas escolas é oferecido o transporte, já que, a distância da casa dos alunos até a escola aumentou. Esse transporte é oferecido pela prefeitura em vans, peruas ou mesmo em ônibus (VASCONCELLOS, 1991, p.97).

O decreto que trouxe a implantação dos agrupamentos para o Estado de São Paulo foi o decreto n. 29.499 de 5 de janeiro de 1989, que dispunha sobre a reestruturação e agrupamento das escolas da zona rural. Segundo esse decreto as escolas agrupadas, que consistem no agrupamento de duas a sete escolas de emergência, passam a serem chamadas de Escolas Estaduais de Primeiro Grau Rural – EEPG (R). (SÃO PAULO, 1989)

De acordo com Vasconcellos (1993, p.66), esse modelo de escola acabou por diminuir de forma relevante o ensino multisseriado, já que acarretou o fechamento de inúmeras escolas isoladas, em 1988 elas eram 9.653 e em 1990 esse número caiu para 3.684 escolas isoladas. Além disso, a nucleação das escolas acabou por ser uma medida mais econômica para a educação rural, no entanto, o aumento dos gastos relacionados ao transporte foi grande e muitas vezes esse gasto não é computado.

Podemos observar que esse tipo de nucleação ocorrida nos anos de 1988, se assemelha em muitos pontos com outro tipo de escola, que será apresentada aqui, as escolas reunidas, que já existiam em 1910 e consistiam em um modelo econômico de escolas e também era resultado da união de escolas isoladas.

É preciso pontuar ainda, no que diz respeito a esse tipo de escola, que mesmo a legislação apresentando e se referindo a esse processo de fechamento das escolas como agrupamento ou nucleação, nem sempre as escolas nucleadas significa a mesma coisa que escolas agrupadas. Percebemos através da pesquisa que esses processos, agrupamento e nucleação, em alguns estados e municípios ocorreram de maneiras diferentes. Assim, a nucleação seria realmente o fechamento das escolas isoladas e a transferência dos seus alunos

para escolas núcleos. Essas escolas núcleos ficam localizadas também na zona rural, mas contam com uma estrutura mais completa, tendo uma sala de cada série. Para chegarem até as escolas os alunos utilizam o transporte público que lhes é oferecido.

Já no que diz respeito ao agrupamento, em alguns estados o mesmo não consistiu no fechamento das escolas isoladas e sim no agrupamento destas com outras escolas maiores, localizadas na zona urbana. Assim essas escolas isoladas rurais passavam a ser agrupadas, vinculadas de uma escola urbana e a depender administrativamente da mesma, sendo a ela responsável pela escola. É possível observarmos também que esse agrupamento já acontecia antes deste decreto.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o conhecimento da existência desses diferentes tipos de escolas, podemos observar que no início, a educação oferecida para a população não garantia acesso a todos, ela estava limitada às áreas de acesso mais fácil e aos centros urbanos. Com a criação dos grupos escolares, teve início uma diferenciação entre a educação oferecida nas escolas isoladas e a oferecida nesses grupos escolares, já que, como pudemos observar as escolas isoladas, se comparadas aos grupos escolares, eram carentes tanto no que diz respeito às instalações físicas, quanto aos recursos didáticos e humanos, como materiais e funcionários, e elas eram responsáveis por levar o ensino em locais mais distantes, nos bairros e nos distritos de paz. No entanto, com o passar do tempo, as escolas isoladas começaram a ser exclusivamente escolas rurais, já que passaram a se localizarem apenas no campo, na zona rural dos municípios e assim, a diferenciação existente antes entre essas escolas e os grupos, acaba se tornando uma diferenciação entre a educação oferecida para a população do campo e a educação oferecida para a população da cidade.

Foi então, a partir desse momento, que a educação oferecida para o campo ficou marginalizada, e começou a ser excluída de muitos investimentos e de diferentes políticas públicas. Além de ter péssimas condições de ensino, as unidades existentes não conseguiam atender a demanda de alunos em idade escolar, excluindo-os assim do ensino.

Segundo Souza (2009, p.149), esse abandono da educação oferecida para a população residente no campo prevaleceu durante a primeira metade do século XX, mesmo a maior parte da população residindo na zona rural, já que a expansão do ensino primário só ocorreu nas áreas urbanas do estado. Entre outros fatores a autora acredita que “as pressões políticas, a

relação custo/benefício considerando a aglomeração de crianças nas cidades, a visibilidade pública da ação do Estado e os interesses de modernização e de manutenção da ordem social” influenciavam esse favoritismo. Outro motivo para esse abandono seria os altos investimentos necessários para difundir a educação na zona rural.

Ainda em relação ao descaso quanto à essa educação, podemos observar que os poucos movimentos e as poucas políticas existentes reforçavam ainda mais essa diferenciação, ressaltando e demonstrando o interesse e a necessidade de uma educação diferenciada para a população do campo. Educação essa que deveria ser capaz não só de fixar o homem no campo, como também, valorizar a realidade dessa população e ensinar conteúdos ligados a terra.

Assim, no decorrer da década de 1930, surgiram algumas iniciativas concretas apoiadas e inspiradas pelo Ruralismo Pedagógico tendo a educação oferecida para a população residente no campo como foco, entre elas podemos observar em 1933 a Campanha Nacional de alfabetização na zona rural, em 1935 a criação de cursos Normais rurais durante o 1º Congresso nacional de Ensino Regional, e em 1937 a criação da Sociedade Brasileira de Educação Rural, que tinha como principal objetivo expandir o ensino e preservar a arte e o folclore da zona rural.

Mais recentemente, a partir de 1984, também é possível observarmos esse pensamento, nas lutas do MST, que buscam entre outras coisas, uma educação diferenciada para a população da zona rural. Segundo Bezerra (2003, p.150-151), o MST defende a existência de um “conteúdo diferenciado, que seja voltado para seus militantes, pois entendem que o conteúdo ensinado nas escolas rurais, sem nenhuma adequação para o campo, não pode contribuir para fixar o trabalhador nesse ambiente”.

No entanto, é preciso elucidar que essa diferenciação tão desejada inicialmente pelos defensores do ruralismo pedagógico e atualmente pelo movimento, MST, acaba por ir contra a existência de uma escola única, que garanta que todos, independente do lugar que residam, tenham acesso a mesma educação.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. 2003. 221p. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em : <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.gepec.ufscar.br%2Ftextos-1%2Fteses-dissertacoes-e-tccs%2Favancos-e-retrocessos-da-educacao-rural-no-brasil%2Fat_download%2Ffile&ei=nOfuUd-JDeOiyAGrnYHwAQ&usg=AFQjCNGmX-M8DsXNAWYEXBWuHGOkv1a-kg&sig2=zKS9qUzlarQTTYLou28zkg&bvm=bv.49641647,d.aWc>. Acesso em: 12 de abr. de 2012.

MARTINS, Maria Ednéia. **Resgate Histórico da formação e atuação de professores da escola rural: um estudo no oeste paulista**. Relatório final pesquisa iniciação científica FAPESP. UNESP. Bauru. 2003.

MENNUCCI, Sud. **A crise brasileira de educação**. 2.ed. São Paulo, Piratininga. 1930.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1908 – 1909**. Publicação organizada pela Inspeção Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado, 1909. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/AEE19080000.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. de 2013.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1909 – 1910**. Publicação organizada pela Inspeção Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado, 1910. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/AEE19100000.pdf>>. Acesso em: 17 de abr. de 2013.

SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1908 – 1909**. Publicação organizada pela Inspeção Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado, 1909. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/AEE19080000.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. de 2013.

SÃO PAULO. **Decreto nº 29.499, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/187260/decreto-29499-89-sao-paulo-sp>>. Acesso em 7 de jan. de 2013.

SÃO PAULO. Lei nº 2.158, de 7 de julho de 1953. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1953/lei%20n.2.158,%20de%2007.07.1953.htm>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. 472p. (Coleção memória da educação).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. 407p.

VASCONCELLOS, Eduardo A. Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 65- 73, ago. 1993. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/894.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. de 2013.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. Crianças rurais e acesso à escola: sugestões de política pública. **São Paulo em Perspectiva**. vol. 5 n.1, jan./ mar. 1991. p. 93-98. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_13.pdf>. Acesso em: 04 de jun. 2013.